

CASSIO GIORGETTI

VIDA QUE SEGUE, RUA QUE MUDA

O permanente descompasso entre a
realidade da população de rua e as
políticas de atendimento

São Paulo, SP
1ª Edição - 2017

Em memória de Vantuil, trecheiro errante;
e Juarez, um jogador de dominó.

Copyright©2017 by Cassio Giorgetti

Capas: Paula Giorgetti

Diagramação: Enoque Ferreira Cardozo
(Trupe serviços editoriais Freelancer -
<http://trupeservicoseditoriais.blogspot.com.br/>)

GIORGETTI, Cassio.

Vida que segue, rua que muda – 1ª ed. – São Paulo,
SP: Ed. Clube de autores, 2017. 65 p. : il.

ISBN: 978-85-923548-0-0

1. Vida 2. Cotidiano.

CRÔNICAS BRASILEIRAS. I. Título.

Prefixo Editorial: 923548

Impresso pelo Clube de autores – 2017.
2017. Escrito e produzido no Brasil.



Clube de Autores Publicações S/A CNPJ: 16.779.786/0001-
27 Rua Otto Boehm, 48 Sala 08, América –
Joinville/SC, CEP 89201-700

Esta obra destina-se de forma exclusiva ao compartilhamento de ideias e experiências. Absolutamente nenhum valor de direitos autorais está incluído no preço final do livro, referindo-se seu custo tão somente a despesas de impressão e publicação determinadas pela editora. É livre e requisitada a reprodução total ou parcial de seu conteúdo para os fins a que se destina

SUMÁRIO

PREFÁCIO	09
Vida que segue, rua que muda	15
Náufragos urbanos	20
Inertes no tempo	27
Gestão compartilhada e autogestão dos espaços de atendimento: caminhos para a autonomia da população de rua	34
Acolhimento institucional: impasses e perspectivas	44
A relação da população de rua com o Serviço Social nas instituições	57
Alguns aspectos do Trabalho Socioeducativo	65
População de rua e trabalho na conjuntura atual	70
Flores que nascem do breu: uma reflexão sobre as travestis em situação de rua	85

PREFÁCIO Por Cleisa Moreno Maffei Rosa

Conheci Cassio nos anos de 2010, período em que ele colaborava com o jornal *O Trecheiro*, oportunidade de ler seus textos e apreciá-los muito. Sempre com o olhar atento ao cotidiano das pessoas que ocupam os espaços públicos e os serviços socioassistenciais como moradia.

Neste livro, Cassio pôde expressar mais uma vez sua sensibilidade na compreensão do tema, respeito e delicadeza na abordagem das difíceis questões que envolvem a vida das pessoas em situação de rua. Seus textos têm essa capacidade de nos tocar por meio de histórias tão humanas e complexas que desarmam qualquer tipo de preconceito. Uma característica contundente dos textos é essa humanização e aproximação sensível a uma realidade de tanto desamparo, mas ao mesmo tempo de sonhos, promessas e possibilidades de reinventar, no cotidiano, a esperança.

Ao término da leitura do livro, imaginei uma complementação ao título “Vida que segue, rua que muda”, mas nada acontece em termos de políticas públicas de saúde, trabalho e habitação para a população em situação

de rua, isto é, “o descompasso permanente entre a realidade da população de rua e as políticas de atendimento”, como bem completa o título.

Cassio aponta a vida de um contingente de pessoas em situação de total abandono nas ruas, vivendo ao relento, à sua própria sorte e sem os direitos sociais respeitados, um cotidiano violento de repressão e fardo de impedimentos à vida nas ruas e nos serviços públicos. O autor consegue descrever situações cotidianas porque possui grande qualidade de relação e sabe ouvir e valorizar o interlocutor. Assim, conseguiu extrair de seu trabalho com as pessoas em situação de rua não apenas aprendizado profissional, mas sabedoria quando diz que “a rua não nos concede o privilégio (ou a arrogância) da certeza”.

Apesar de a constituição federal brasileira e de outras leis conquistadas pela população de rua que estabeleceram direitos dos cidadãos e deveres do Estado, ao longo dos últimos 30 anos, o que se vê hoje em São Paulo, não são apenas o descaso e a ineficiência dos governantes, os quais não respeitam marcos legais existentes, mas também a substituição de políticas públicas por ações repressivas, higienistas e violentas exercidas por agentes públicos ligados

aos órgãos de segurança e de limpeza urbana. E essa situação é agravada com o apoio de parte de uma sociedade conservadora e preconceituosa que se identificou com a campanha eleitoral de um candidato à Prefeitura de São Paulo e elegeu um governante que propõe manter a cidade limpa e linda à custa de processos de higienização social.

Cassio aponta, de maneira precisa e detalhada, as consequências, desse tipo de política pública, no funcionamento dos serviços com suas regras disciplinadoras e impossibilidades de oferecer minimamente as condições de mudança da situação de rua e da qualidade dos vínculos que são estabelecidos pelos profissionais.

A certa altura, Cassio indaga e propõe reflexão sobre questões que são essenciais na situação de rua que dizem respeito ao trabalho e moradia: “qual mercado de trabalho abre portas e quais alternativas de moradia definitiva são acessíveis à população de rua”.

A rua muda, porém não há compromisso dos governos em todas as instâncias de poder com a realidade das pessoas em situação de rua e muito menos leva em conta a presença de novos grupos, como travestis, egressos do sistema prisional, jovens em conflito doméstico,

trabalhadores da construção civil, imigrantes, refugiados, mulheres e pessoas com uso abusivo de substâncias químicas.

Cassio vai apontando a diversidade na rua, as diferenças entre os grupos sociais, identificando a necessidade de ações diversas de atendimento, de uma política pública heterogênea que inclua a formação dos profissionais. Vale dizer que violência e retrocesso das políticas públicas têm atingido não apenas a população de rua, mas também outros grupos, como os sem-teto, catadores de materiais recicláveis, crianças e adolescentes em situação de risco e trabalhadores ambulantes.

Na realidade, o poder público local vem reproduzindo atividades de atendimento com ênfase no albergamento (como se a população de rua fosse homogênea) o qual, conseqüentemente, reiteram disciplina e obediência às normas estabelecidas nos serviços socioassistenciais sem foco no trabalho socioeducativo. Nessa direção, Cassio aponta em várias partes de seu livro o que poderia, de fato, ser implementado por profissionais da Assistência Social relativo ao trabalho socioeducativo destinados à população de rua.

Os conteúdos deste livro expressam preocupações do autor em compartilhar experiências e propor soluções viáveis às diferentes situações cotidianas vividas dentro dos equipamentos, detalhando procedimentos e ações, a partir de sua própria observação e sensibilidade (evidentemente de sua formação sociológica); sugere que as propostas de trabalho podem ser mais bem equacionadas se levarem em conta o protagonismo das pessoas em situação de rua, aspecto quase sempre ausente nos serviços socioassistenciais.

Assim, expõe seu compromisso com as pessoas em situação de rua, dilemas, valores, mas principalmente, a crença de que elas possuem condições de participação efetiva e de promover mudanças se forem adotadas “estratégias específicas no trabalho de fortalecimento da autonomia e do convívio”.

Dessa forma, Cassio enfatiza a importância de metodologias e experiências de cidadania com a população de rua, marcando aspectos da experiência direta e pessoal, que valorizam a participação, solidariedade, laços de confiança com as pessoas em situação de rua, além da auto-

organização e autonomia nas decisões, na perspectiva de gestão compartilhada.

Há muito a comentar de interessante neste livro, e indico fortemente à leitura de um texto valioso para quem quer conhecer as condições de vida das pessoas em situação de rua, mas principalmente as possibilidades de trabalho socioeducativo ou de educação popular dirigido a esses segmentos sociais. Por todas essas razões não pude recusar ao convite de fazer esta apresentação que foi um privilégio para mim.

Cleisa Moreno Maffei Rosa
Setembro de 2017

VIDA QUE SEGUE, RUA QUE MUDA

Trabalhei profissionalmente com a população de rua no transcorrer dos últimos quinze anos. Transitei, ao longo desse período, por departamentos vinculados ao poder público e organizações da sociedade civil na cidade de São Paulo, atuando em distintas modalidades de atendimento como Abordagem de rua, Centros de Convivência, Serviço de Inclusão Produtiva e Centros de Acolhida. Estive pouquíssimo tempo (o que consegui suportar) encafuado em escritórios ou gabinetes.

Quase sempre meu lugar foi o campo. É no campo, e apenas nele, onde se aprende efetivamente sobre a rua. O trabalhador social que atua com a população de rua e se esquia do campo será, irremediavelmente, um profissional desconectado da realidade. E devo acrescentar, ao falar do trabalho de campo, que não me refiro aqui a breves e pontuais imersões aos locais de permanência da população de rua; a visitas eventuais ou atividades de curta duração realizadas uma ou duas vezes por semana. Não bastam. Podem bastar se o objetivo for

a coleta de dados superficiais, impressões ou noções elementares sobre a população de rua. Mas não para compreender, ainda que minimamente, sua complexa realidade. A aproximação da realidade da rua exigirá muito mais. Estar perto. Estar junto. Todos os dias e por longos períodos. E acima de tudo: escutar e observar amplamente, para além da capacidade natural dos olhos e ouvidos. Ainda assim, considerando a existência de todas as condições favoráveis e necessárias, a verdade é que são poucos os trabalhadores sociais que conseguem tirar bom proveito de suas experiências no campo. E esses poucos, detentores de criticidade e capacidade analítica, contraditoriamente, não terão vida fácil no trabalho social. Não são do tipo que o poder público e a maioria das organizações sociais desejam contar em seus quadros funcionais, pois não se agradam muito de trabalhadores sociais que pensam e questionam. Tendem a preferir os que simplesmente cumprem e executam.

Da minha experiência no trabalho com população de rua carrego uma única certeza. A certeza, absoluta e decisiva, de que, tratando-se de população de rua, sobre

nada tenho certeza. As convicções que me acometiam dez anos atrás, diluíram-se no tempo. O que escrevi dez anos atrás, hoje, escreveria de outra forma.

A rua não nos concede o privilégio (ou a arrogância) da certeza.

Isso decorre do fato de que a dinâmica da rua se transforma muito rapidamente. Como um andamento de sons e movimentos numa cadência difícil - quando não impossível - de se acompanhar.

Diferentes perfis de população de rua surgem num átimo. Criam-se novas estratégias de sobrevivência e modifica-se o mecanismo funcional das relações na rua. Comunidades de rua, num movimento até então jamais observado, passam a se auto-organizar sublevando-se para denunciar as ininterruptas opressões das quais são objeto e reivindicar direitos.

Logo, as políticas públicas e metodologias de atendimento praticadas pela maioria das organizações da sociedade civil tendem a estacionar no tempo. Ao contrário da vida na rua, não se renovam. No que concerne ao poder público, o distanciamento de seus

representantes da realidade da rua, com bastante ênfase aos da Secretaria de Assistência Social, é causa direta para que as políticas sejam elaboradas e executadas de modo enviesado. Os técnicos e servidores responsáveis pela condução das políticas públicas preocupam-se muito pouco em escutar os trabalhadores sociais e ainda menos a população de rua. Não creio, entretanto que ajam de má-fé, mas por inconsciência. Habitados à frieza de quatro paredes, a inépcia da maioria dos representantes do poder público acaba por desqualificar os espaços nos quais se apresenta aos trabalhadores de campo a rara oportunidade de compartilharem suas vivências e experiências. Essa é a impressão que guardei sobre as até então denominadas “reuniões de supervisão coletiva” em que estive presente nos últimos anos. Tais encontros, promovidos e conduzidos por técnicos da Secretaria de Assistência Social, tinham por objetivo assessorar os profissionais que trabalhavam nos locais de atendimento à população de rua na região central. Inseguros e engessados pela burocracia, os agentes públicos tendiam a transformar estas ocasiões - nas quais se

desperdiçavam momentos valiosos, potencialmente propícios ao debate e à formação – em atividades modorrentas, falaciosas e que nada acrescentavam à prática dos trabalhadores.

Os poucos servidores públicos que conheci com capacidade e vocação para o trabalho com população de rua diziam sentir-se solitários, isolados e lutavam contra o desânimo gerado pelo descompromisso de chefes e colegas. Por sua vez, a voz da rua acaba restringida a poucas figuras – pessoas que já viveram na rua ou ligadas a movimentos – que, apesar de bem-intencionadas e esforçadas no cumprimento de seu papel, não podem retratar os pensamentos e as opiniões de um contingente formado por milhares de seres humanos. Satisfeito e confortável em discutir com meia dúzia de pessoas sobre os assuntos que se referem a toda população de rua – e dessa forma legitimar sua disposição e abertura ao diálogo - o poder público dá as costas, maltrata e condena ao silêncio os que padecem sob os viadutos, os guetos, as praças e os becos espalhados pelo território de uma cidade com as dimensões de São Paulo.

NÁUFRAGOS URBANOS

O morador de rua é como um náufrago.

A diferença entre ambos, contudo, reside numa dicotomia. O morador de rua é vítima de uma injustiça; o náufrago, de uma fatalidade. O náufrago, vendo-se solitário em uma ilha deserta, busca desesperadamente e de todas as formas sair da situação em que se encontra; o mesmo ocorre com o morador de rua nos primeiros dias em que as calçadas passam a ser a sua casa. Em ambos os casos, percebendo, todavia, que o socorro não lhes chega, se adaptam a essa realidade e na medida em que o tempo evolui, desenvolvem estratégias para obter os meios que garantirão sua sobrevivência.

Com o acúmulo das experiências aprendem a enfrentar e sobrepor as adversidades com tamanha destreza, que simplesmente não se dão conta do momento em que o que se tratava de uma conjuntura provisória passa a ser, de fato, definitiva. Isso não significa que tomem gosto ou se familiarizem com o sofrimento, pois – ao contrário do que muitos pensam -

ninguém se amolda ao que é ruim; mas não encontrando alternativa, ao sofrimento são compelidos a se resignar.

Uma imensa parcela dos náufragos urbanos não conheceu outra coisa em suas trajetórias de vida além da turbulência carregada nos oceanos nebulosos da miséria, do abandono e do descaso. Não velejou em outras águas que não fossem as desembocadas pelas marés negras representadas pela perversidade do modelo social vigente. Sucumbem, não por serem fracos, mas por não disporem dos recursos para nele prosperarem e pela necessidade de se submeterem durante boa parte de suas vidas aos efeitos inclementes de trabalhos indignos e exploratórios.

Nesse sentido, deixar a ilha que os acolheu quando estavam à deriva – ou a rua – e reajustar-se aos padrões aceitáveis e às normas sociais convencionais torna-se um penoso desafio. Cada dia a mais na ilha ou na rua acrescentará dificuldade ao desafio da readaptação social. Trocando em miúdos: a população de rua permanece segregada, submetida, no transcorrer de décadas, à extrema informalidade no que tange aos mais diversos aspectos de sua existência – moradia, relações

sociais, trabalho, dentre outros – e, de tempos em tempos (ou de gestão em gestão), o poder público insurge determinando-lhes que tudo aquilo que até ontem era informal se transponha, num átimo, à formalidade.

Certa noite, doze anos atrás, presenciei uma repórter de um jornal aqui de São Paulo entrevistar um morador de rua de aspecto muito degradado, que vivia sob um viaduto da região central. À época, eu fazia parte das equipes de abordagem social da Secretaria de Assistência Social, cujo trabalho era convencer moradores de rua a irem para os albergues.

A jornalista perguntou-lhe, em determinado momento, o que ele desejava para o seu futuro. O homem pensou por alguns instantes e respondeu com outra pergunta, indagando à repórter se ela lhe concederia cinco minutos do seu tempo. A moça esboçou um sorriso tímido e acenou com a cabeça afirmativamente.

Com as mãos trêmulas e enegrecidas de sujeira, o homem remexeu nos papelões sobre os quais estava sentado e retirou de baixo deles alguns pedaços de papel

amarrotados e um estojo de couro marrom, que continha pequenos pedaços de giz de cera. Segurando numa das mãos as folhas de papel e com a outra um toco de giz quase todo gasto, o morador de rua olhava fixamente para a repórter, que se esforçava para disfarçar seu constrangimento.

Fitava-a com apurada atenção enquanto rabiscava freneticamente a brochura encardida.

A jovem repórter não conseguiu conter o choro tão logo pôs os olhos sobre a folha. Era o seu retrato, perfeito, desenhado em traços suaves e precisos. O morador de rua, sem conseguir olhá-la, disse à moça:

– Dona, eu desejo que as pessoas saibam que isso que a senhora tem nas mãos é a essência do que eu sou e o que eu tenho de mais valor. A repórter tentou falar, mas faltaram-lhe as palavras. Desconcertada, simplesmente o abraçou.

A indiferença nada mais é do que a incapacidade de enxergar além daquilo que salta aos olhos. No caso dos moradores de rua, de uma forma geral, chama a atenção sua aparência deteriorada, que os torna

execráveis à visão de quem por eles passa; mas a essência de cada um é indelével e permanece intacta.

A rua mudou muito nos últimos anos e jamais nela se encontrou tanta diversidade.

O morador de rua não pode mais ser retratado na figura do senhor bêbado vestindo andrajos e carregando um saco nas costas de um par de décadas atrás.

São muitas e de ordens distintas as razões pelas quais a realidade da rua se transfigurou. Aos perfis outrora predominantes se imiscuíram, por exemplo, os jovens arrebatados pelo crack, que transitam entre seus lares de origem e a rua. O enredo é quase sempre o mesmo. Rapazes e moças, produtos da exclusão e da violência proliferadas nas periferias, até ontem considerados bons filhos, prestativos, ajuizados e que numa fração de tempo, num átimo, passam a saquear móveis e eletrodomésticos de suas próprias casas impulsionados pela volúpia incontrollável da abstinência. A convivência familiar e comunitária torna-se, num determinado momento, insustentável, e romper é uma questão de tempo. Dívidas de droga e ameaças de

traficantes também acabam por compeli-los a abandonarem tudo e lançarem-se às ruas.

Todavia, meses depois, quando a rotina dura e dramática da vida na rua castiga, conduzindo-os ao fundo do poço e dizimando sua condição física, retornam. Os pais choram e perdoam. Até que tudo recomece e o ciclo dramático casa –rua / rua - casa se reinicie.

Outra produtora em larga escala de moradores de rua é a política de encarceramento praticada nos estados brasileiros. Pune-se, da mesma maneira e com rigor proporcional, indivíduos que acometem bancos com metralhadoras, profissionais do crime, e aventureiros desesperados que assaltam pessoas apontando-lhes armas de brinquedo; atira-se às masmorras, diariamente, centenas de milhares de usuários de drogas que surrupiam fios de cobre dos postes de iluminação para sustentarem o vício; priva-se da liberdade uma imensa maioria de esfaimados e semi – indigentes. O destino de toda essa gente, uma vez cumpridas as penas, tem sido a rua.

As crises migratórias ocorridas recentemente pelo mundo, com ênfase nos países da África e do Oriente Médio vitimados por conflitos civis, igualmente inculcaram novas caras, novos idiomas e novas culturas no universo da população de rua.

INERTES NO TEMPO

Nesse contexto, a necessidade de se repensar as metodologias de atendimento ora disponibilizadas à população de rua se apresenta como medida prioritária. Inovar. Reagir à inércia. Aventar propostas progressistas e revitalizadas, antagônicas à lógica de albergamento tradicional, que segrega e reforça estereótipos; ações que superem as limitações de um tipo de atendimento - cujos conceitos se referenciam numa outra população de rua, de décadas atrás - que já não se alinha à realidade da rua, hoje, conforme mencionei anteriormente, muito mais complexa e heterogênea.

A mais recente contabilização censitária – divulgada no ano de 2015 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – registrou aproximadamente 16.000 pessoas vivendo em situação de rua na capital econômica do país (trabalhadores e organizações sociais afirmam que o número real de moradores de rua é superior ao divulgado).

De qualquer modo trata-se de uma população maior do que a encontrada em muitos municípios brasileiros. Desse contingente, pouco menos da metade, cerca de 7.000 seres humanos, sobrevivem literalmente nas calçadas e nos logradouros públicos.

Atualmente, o número de vagas de acolhimento disponível nas instituições conveniadas com o poder público não seria suficiente para abrigar todas as pessoas que dormem ao relento. Contudo, ainda que se dispusesse da quantidade exata de vagas, constata-se que muitos moradores de rua acabam recusando as ofertas de atendimento em decorrência das metodologias corretivas e excludentes aplicadas nas instituições e da incapacidade técnica de seus profissionais para lidarem com a diversidade de perfis atualmente encontrada na população de rua.

Os representantes do poder público se deixam levar pela crença cega de que o aumento da adesão da população de rua aos Centros de Acolhida e demais locais de atendimento está diretamente associado ao empreendimento de melhorias na estrutura física desses

espaços. E se frustram quando percebem que não é bem assim. Por melhor que sejam as condições materiais oferecidas na instituição, o morador de rua – principalmente o que está na rua há muito tempo – não se sentirá atraído a viver em um lugar onde, diferentemente da rua, seus hábitos, ações e vontades deverão ser controlados por terceiros. Centenas de almas encafuadas sob o mesmo teto, incógnitas, cada qual com seus dramas e martírios, emparelhadas em beliches milimetricamente conjugados. E a pergunta que se deve fazer é: quem se sentiria atraído por lugares como estes?

No Brasil, o papel assumido pelo governo com relação à promoção do acesso à moradia – e ao trabalho, como se verá posteriormente - é o de quem presta um favor ao povo, concede uma indulgência. Não nos parece que seus representantes entendam essa questão como uma obrigação prevista na constituição federal. As políticas públicas de habitação definitiva, de modo geral, progredem a passos letárgicos. Para a população de rua de São Paulo, o que os poderes públicos oferecem como alternativa de moradia, além do acolhimento institucional,

é o custeio provisório de uma parte ínfima do valor referente à locação de um imóvel. A famigerada “bolsa aluguel”, nos últimos anos, tem sido largamente utilizada por gestores municipais como respaldo para remover famílias pobres de redutos ilustres da cidade e, desse modo, contemplar interesses corporativos e imobiliários.

Nesse cenário e na medida em que os governos não dão conta de seus encargos, se torna legítima a escolha que uma parcela da população de rua faz de nela permanecer. Os que não se submetem à frigeidez das instituições de acolhimento, bem como os que rejeitam as migalhas da bolsa aluguel. É inteiramente justo que os meios dos quais se valem para sobrepôr a inépcia política e a falta de habitação - as malocas, as barracas e os mocós - sejam compreendidos como moradias funcionais e efetivas e, por conseguinte, invioláveis, como preconiza a lei. Infelizmente, o que ocorre é precisamente o contrário.

Retomando a discussão sobre as instituições que atendem a população de rua, o fato é que limpeza adequada, alimentação de qualidade e bons

equipamentos são itens importantes; mas é imprescindível modificar a forma como se estabelecem as relações nos espaços de atendimento, ou ainda, as relações entre a população de rua e os profissionais da instituição e as relações entre a própria população de rua dentro da instituição.

O pior tipo de violência praticada nas instituições é a que não está escancarada aos olhos; que avilta de forma latente.

A violência física, como as agressões assiduamente praticadas contra as travestis pelas mãos hediondas dos seguranças de um Centro de Convivência para moradores de rua localizado na região da Bela Vista, chocam pela brutalidade e são mais facilmente detectadas. Com relação à violência silenciosa ocorre justamente o oposto.

No ano de 2016, logo nos meus primeiros dias de trabalho no Centro de Acolhida Lygia Jardim, na Bela Vista, uma circunstância chamou minha atenção prontamente. Notei que, entre os dormitórios que se encontravam no pavimento inferior e os corredores internos da instituição não havia coisa alguma. Nenhuma

parede, divisória ou mesmo um biombo. Durante a noite, a qualquer um que necessitasse utilizar esses corredores para o deslocamento de um ambiente a outro, funcionários ou conviventes, não restava outra opção se não passar em frente aos beliches emparelhados.

Desse modo, enquanto dormiam em seus leitos, os moradores de rua vinculados à instituição permaneciam expostos ao barulho, à luz e – para mim, o mais grave dos constrangimentos- desprovidos de um mínimo de privacidade. Ao mencionar essa situação à equipe de trabalhadores sociais e aos diretores da instituição, poucos a compreendiam como forma de violência moral, de violação de direito. Estavam tão habituados àquilo que sequer davam-se conta.

Esse tipo de violência, ao contrário da violência evidente, tende a ser naturalizada pelos trabalhadores sociais e, conseqüentemente, pela própria população de rua nas instituições.

Outro tipo de violência institucional comum, porém não menos nefasta é a que se apresenta disfarçada de benesse.

Nessa mesma instituição de acolhimento anteriormente mencionada, até pouco tempo atrás, o morador de rua apenas seria acolhido mediante a condição de vestir um pijama que lhe era oferecido no momento da sua chegada. O argumento dos diretores na defesa do pijama era de que se tratava de um gesto humanitário, um cuidado que visava o bem-estar das pessoas. Entretanto, não aceitavam a ideia de que tudo isso ia por água abaixo na medida em que o uso do pijama não respeitava a escolha do morador de rua, mas se apresentava como uma imposição da instituição para sua admissão. Não compactuavam com o ponto de vista de que vestir um pijama para dormir pode se converter num extremo aborrecimento, não apenas para moradores de rua, mas para qualquer um que não esteja habituado.

Os fatos descritos acima reforçam a percepção da necessidade de se efetivar formas de atendimento que subvertam as premissas adotadas na atual conjuntura. Que, ao invés de exigir o ajustamento do morador de rua à realidade do funcionamento da instituição, ajuste o funcionamento da instituição à sua realidade.

GESTÃO COMPARTILHADA E AUTOGESTÃO DOS ESPAÇOS DE ATENDIMENTO: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA DA POPULAÇÃO DE RUA

Os modelos funcionais de gestão compartilhada e autogestão apresentam muitos pontos em comum, mas acredito que há uma diferença importante entre ambos. Na gestão compartilhada trabalhadores sociais e população de rua decidem e conduzem conjuntamente os rumos dos processos de gestão institucional. Já na autogestão, os trabalhadores sociais apoiam e assessoram a população de rua, mas não tomam parte nos trâmites decisórios.

É relevante salientar, em primeira análise, que a gestão compartilhada e a autogestão dos espaços de atendimento à população de rua já são uma realidade, há algum tempo, em outros países da América Latina, como a Argentina. E também são realidade na cidade de São Paulo.

Em Buenos Aires há dois projetos nos quais se aplicam metodologias autonomistas. O Centro de Integração Monteagudo (Proyecto 7) é a primeira experiência latino-americana de autogestão conduzida por quem vive nas ruas e ensejou o surgimento de outras de caráter semelhante, como o Centro de Integração Frida (CFI), espaço que tem como objetivo trabalhar a autonomia e o protagonismo de mulheres em situação de rua por meio da gestão compartilhada do espaço de moradia entre profissionais e conviventes.

Em São Paulo, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – instituição da qual fiz parte entre 2014 e 2015- há muitos anos desenvolve importante trabalho social na Coopere- Centro. Trata-se de uma cooperativa de materiais recicláveis autogerida, na qual muitos moradores de rua que vivem nos Centros de Acolhida da região central encontram oportunidade de integração a atividades produtivas e de geração de renda. O apoio do Centro Gaspar Garcia em muito contribui para o fortalecimento da autonomia dos cooperados, dos

processos de autogestão e da resistência frente à interferência e ao assédio dos poderes públicos.

Em 2003, a Organização de Auxílio Fraternal introduziu, por meio do Programa de Moradias Provisórias, ações de acolhimento institucional com maior autonomia à população de rua. Contudo, não atendia aos perfis mais vulneráveis da população de rua, pois eram requeridos níveis mais elevados de organização pessoal e maior estabilidade dos participantes.

Mais recentemente, as ações desenvolvidas por trabalhadores sociais no espaço de atendimento situado nos baixos do viaduto Alcântara Machado, na região centro – leste da cidade, trouxeram luz à escuridão da mesmice. Despertaram na população de rua desse local a consciência do direito e o senso de coletivismo; apresentou-lhes um formato de trabalho social diferente do que conheciam até então, no qual trabalhadores e população de rua constroem juntos, dialogicamente, os valores, as ferramentas e o sentido do próprio trabalho.

Difundiam-se nesse espaço de atendimento, por meio de assembleias e oficinas coletivas, elementos de

cidadania e de participatividade que são negados à população de rua na maioria dos albergues e Centros de Convivência, nos quais os frequentadores não têm voz. Mesmo com os limitadíssimos recursos disponibilizados pelo poder público, os trabalhadores sociais do viaduto Alcântara Machado foram capazes de subverter a funcionalidade dos espaços de convivência denominados “Tendas”, outrora criados com o objetivo de esconder a população de rua sob um pedaço de lona. Adaptaram novas metodologias e transformaram o local num núcleo de mobilização e discussão política, de reivindicação por moradia definitiva, de promoção artística e cultural. Consolidaram –no, de forma pioneira, como um bolsão de resistência da população de rua à truculência institucional e ao servilismo.

Incomodada e temerosa pelo crescimento de um movimento orgânico e autônomo da população de rua, a prefeitura de São Paulo decidiu, no ano de 2015, encerrar os serviços e demitir os trabalhadores sociais do Viaduto Alcântara Machado.

Em vão. O local foi ocupado pela população de rua auto-organizada e não deixou de existir. Pelo contrário. Com o apoio dos antigos trabalhadores sociais, da Pastoral do povo de rua, de inúmeros parceiros e simpatizantes, a população de rua prepara a própria alimentação e cuida da manutenção dos ambientes e equipamentos. Desenvolvem atividades diversas, dentre elas uma pequena serigrafia, cuja gestão e processos de produção – aos quais se incluem a criação das estampas, a confecção e comercialização das camisetas - são conduzidos por moradores de rua que ali vivem.

A autogestão dos serviços públicos de atendimento pela própria população de rua é viável e exequível, à medida que, verdadeiramente, se conceba o trabalho social como mecanismo de transposição da subserviência à emancipação.

Representantes do poder público e da maioria das organizações da sociedade civil que atuam com a população de rua costumam torcer o nariz para propostas autonomistas.

Não acreditam que o morador de rua possa ser capaz de cuidar dos espaços que utiliza e, principalmente, de conviver coletivamente dentro desses espaços sem a tutela e a vigilância de educadores e assistentes sociais.

Recentemente, uma educadora com quem trabalhei no Centro de Acolhida Lygia Jardim fez um desabafo por meio das redes sociais. Contou que fora advertida por usar boné durante o turno de trabalho. Segundo seus superiores - não sei ao certo se pessoas ligadas à instituição ou ao poder público, mas muito provavelmente a ambas as instâncias – o uso do boné destituía sua autoridade perante a população de rua. Que dessa forma a enxergariam, segundo palavras dos coordenadores, como “igual”. O fato narrado diz muito sobre o pensamento de alguns representantes do poder público e das instituições. Assumem como equívoco – quando deveriam na verdade enaltecer e estimular - a adoção de posturas que pretendem criar maior identificação entre educadores e população de rua, fortalecer vínculos e justamente estabelecer relações mais humanas e menos assimétricas. Por outro lado, num

Centro de Acolhida Emergencial (efetivado exclusivamente para o atendimento no período de inverno) localizado na Rua Prates, no Bom Retiro, os educadores e demais profissionais da instituição fazem uso de luvas de borracha e máscaras descartáveis no transcorrer de suas atividades com a população de rua. Que tipo de relação é possível se desenvolver, dentro de uma instituição, entre um morador de rua e um profissional que interage escondido atrás de uma máscara e estende a mão envolta em uma luva?

Com entraves ideológicos dessa natureza me deparei inúmeras vezes, quando tentava introduzir, ainda que com muita cautela, conceitos de gestão compartilhada e autogestão nos espaços de atendimento e Centros de Acolhida em que trabalhei.

Diretores e mesmo os trabalhadores sociais das organizações sociais resistiam peremptoriamente à adoção de concepções de trabalho social mais participativas e progressistas. No caso das organizações sociais tradicionais, as raízes religiosas e filantrópicas nas quais muitas estão apegadas mantêm suas metodologias

referenciadas na cura e na caridade. Preconizam a cura por meio da depuração do morador de rua e da redenção de seus pecados (ócio, bebida, drogas, prostituição, dentre outros hábitos de rua). A caridade, por sua vez, desponta na disposição permanente em prover absolutamente todas as necessidades do morador de rua nos espaços de atendimento, nos quais até a comida deve ser servida no prato por um funcionário ou responsável.

Para algumas outras organizações da sociedade civil, cuja existência é motivada pela avidez em colecionar contratos de convênio com o poder público, o morador de rua é simplesmente uma cifra, um algarismo a mais na conta bancária, e a essas interessa muito menos a autonomia da população de rua.

Um morador de rua me abordou no interior de um Centro de Acolhida no qual eu trabalhava, certa ocasião, para manifestar seu descontentamento com relação às assembleias semanais que realizávamos no local. Dizia, enfurecido, que deveríamos fazer como em “todos os lugares”. Ao invés de elaborarmos as regras da instituição com os moradores, simplesmente escrevê-las num papel e

afixá-lo na parede. E ainda punir severamente os desobedientes. Essa reação é bastante emblemática quanto à resignação gerada pelo absolutismo adotado na maioria das instituições. Com efeito, nos deparávamos à época com um quadro pouco animador. Frequentemente, quando incentivados a comparecerem às assembleias, os moradores de rua se esquivavam e respondiam que estavam plenamente dispostos a cumprir o que lhes fosse determinado. Acredito que esse seja um desafio natural. Que a introdução de metodologias com o objetivo de transpor conceitos e práticas há muito tempo arraigados no trabalho social com a população de rua, requererá planejamento e paciência.

No que diz respeito a propostas de gestão compartilhada e autogestão, é importante salientar, conforme ilustram as situações logo acima descritas, que se trata de um modelo de atendimento ao qual a população de rua está pouco habituada.

De fato, a exígua possibilidade de participação que lhes é oferecida nos processos funcionais em boa parte dos Centros de Acolhida e espaços de atendimento

acabaram por conduzir muitos moradores de rua à passividade, ao desinteresse e ao distanciamento com relação a atividades que se propõem a lhes dar voz dentro das instituições. Por essa razão, a adesão facultativa e espontânea a assembleias e outros espaços de discussão coletiva é pouco observada.

Mediante tais circunstâncias, os conceitos de gestão compartilhada e autogestão dos espaços de atendimento aspiram romper com as barreiras do determinismo institucional. Contrapor firmemente a lógica predominante da subserviência e o do clientelismo, que subtraíram da população de rua – ao menos de parte dela - o ímpeto de criticar, de opinar, de atuar ativamente nos assuntos que envolvem sua vida e seus interesses dentro das instituições.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: IMPASSES E PERSPECTIVAS

O modelo de acolhimento institucional direcionado à população de rua, historicamente e até os dias atuais, tem como objetivo incentivar o ajustamento do morador de rua aos arquétipos comportamentais, de asseio, de conduta e de convívio vigentes, de modo que se espera, num curto espaço de tempo, que hábitos adquiridos em anos ou mesmo décadas de vivência nas ruas sejam substituídos ou revertidos. A metodologia praticada nas instituições de acolhimento para a concretização desse objetivo é o estabelecimento de regulamentos complexos e pouco flexíveis. O devido alinhamento às normas e regras impostas pelas instituições é compreendido pela maioria dos profissionais que nelas atuam como a representação do desejo do morador de rua de se regenerar ou “mudar de vida”. Entretanto, romper com a vida na rua não implica apenas na supressão de hábitos, mas no abandono de tudo aquilo que compõe a rotina dos que nela e dela sobrevivem, seus significados, seus

personagens, suas dores e amores, e sua própria história. Trata-se de uma decisão muito difícil de ser tomada por indivíduos em condições agravadas de vulnerabilidade pessoal e social, a maioria deles ainda muito apegada aos subterfúgios de amenização dos sofrimentos como o uso de álcool e drogas e às estratégias e mecanismos de subsistência nas ruas. É igualmente fundamental a percepção da realidade com relação às possibilidades que se apresentam ao morador de rua no sistema em que vivemos; que os trabalhadores sociais designem uma parcela do seu tempo a essa inquietante, porém imprescindível reflexão: nas circunstâncias presentes, qual mercado de trabalho abre portas e quais alternativas de moradia definitiva são acessíveis à população de rua. E a coisa se agrava ainda mais quando se constata que não existem políticas públicas inclusivas e eficazes com relação a tais aspectos, talvez os mais imprescindíveis para a autossuficiência. Consequentemente, a imposição de prazos de permanência aos moradores de rua nas instituições de acolhimento – seis meses, na maioria delas - é medida insensata e cruel. Para muitos moradores de

rua, a situação trágica das políticas públicas transforma as instituições de acolhimento, de necessidade temporária, em sentença perpétua. E a artimanha utilizada pelas gestões públicas para camuflar sua incompetência é a organização de um rodízio do morador de rua dentro da rede de instituições de acolhimento, de modo a garantir que ele não se estabeleça na mesma instituição por longos períodos.

À medida que a pronta adequação às propostas de acolhimento oferecidas é tarefa árdua - quando não inexecutável - para uma parcela representativa do contingente da população de rua, reforça-se o sentimento do fracasso e do não pertencimento. Constitui-se, assim, um subcontingente formado por seres excluídos dentre os excluídos. É importante ressaltar ainda que o modelo atual de acolhimento institucional, da forma como se apresenta, tende a ser atrativo para um perfil específico da população de rua.

Minha percepção é a de que, atualmente, os Centros de Acolhida deixaram de ser lugar para o morador de rua, no sentido denotativo da expressão.

Servem cada vez mais para cidadãos que acumulam pouca - ou mesmo nenhuma - experiência de vida nas ruas. Pessoas acometidas por reveses conjunturais (como a perda do emprego, divórcio, ou ainda rupturas familiares) e que têm preservadas a organização pessoal e a capacidade de submissão a regras e cumprimento de horários. Não fazem uso de álcool ou drogas. O número de pessoas com tais características, à procura de alojamento nos Centros de Acolhida, cresce consideravelmente nos períodos de crise e recessão econômica. Trata-se de indivíduos que, por sua condição de maior autonomia física e psíquica, se amoldam com facilidade aos regimentos institucionais, mas que deverão aprender – muitas vezes de maneira conflituosa - a conviver com outros perfis que insurgiram ou proliferaram nos últimos anos no universo da rua como travestis, egressos do sistema prisional, jovens em conflito doméstico, trabalhadores da construção civil, imigrantes, dentre outros.

No ano de 2013, época na qual eu trabalhava no extinto Centro de Acolhida João Paulo II, na região da

Luz, recordo-me de um morador de rua que chegou de carro à instituição. Procurava um lugar para ficar. O carro era de sua propriedade e o rapaz, apesar de não ter onde morar e estar empregado havia apenas duas semanas, iria pagar prestações mensais pelos próximos cinco anos. Preferia dormir em albergue, ou mesmo na rua, a custear um aluguel e ter que abrir mão do veículo com o qual, segundo suas próprias palavras, sonhara por toda a vida. Compreensível. Numa sociedade de consumo – ou com forte propensão ao consumo, conforme se referia em suas publicações o professor Paul Singer - na qual o valor de cada indivíduo está diretamente relacionado às suas posses materiais, aparentar, mesmo que minimamente, algum poder aquisitivo se converge em ferramenta fundamental para aumentar o sentimento de inclusão e de cidadania.

Há, contudo, um nocivo efeito colateral oriundo desse processo. À medida que, pelo consumo, as pessoas prosperam socialmente e ascendem – mesmo que de maneira sutil, efêmera e à custa de pesado endividamento – a patamares sociais mais elevados, tendem a reproduzir

posturas de indiferença e preconceito com relação às classes subalternas.

No universo da população de rua as coisas ocorrem de maneira muito parecida. O Centro de Acolhida João Paulo II tinha capacidade para acolher cem homens em situação de rua. A grande maioria deles possuía pelo menos um telefone celular. Alguns adquiriam, por meio de crediários e parcelamentos, *tablets* e até *laptops*. De fato, era nítido que sentiam-se mais valorizados e menos excluídos na posse desses equipamentos.

Por outro lado, dentro da instituição, acirravam-se os conflitos entre seres humanos pertencentes ao mais baixo escalão da pobreza. Moradores de rua com maior autonomia e estabilidade, tal qual o nosso amigo proprietário do carro, desprezavam e hostilizavam os mais vulneráveis. Queriam expulsá-los, expurgá-los do Centro de Acolhida. Nas assembleias que promovíamos semanalmente a maior parte do tempo era tomada pelas queixas. Os moradores que cultivavam hábitos de higiene exigiam providências contra os que não tomavam banho; os que não bebiam exigiam a remoção compulsória dos

beberrões. Passávamos horas mediando tais antagonismos.

O problema aumentava em proporção quando alguns funcionários do albergue tomavam parte nessas discussões em favor dos queixosos, ou mesmo a eles se somavam nas ações opressivas praticadas contra os mais vulneráveis.

Indivíduos pertencentes a esse perfil mais estável, em muitos casos, sequer se reconhecem como população de rua. Referem-se aos moradores de rua, com os quais devem conviver, ainda que provisoriamente, nos Centros de Acolhida, fazendo uso de expressões depreciativas como “eu não sou igual a essa gente”.

A manutenção dessa postura por parte de pessoas mais autônomas e menos castigadas pelos efeitos da rua não reflete tão somente sentimentos de ojeriza ou arrogância para com os mais fragilizados, mas também se apresenta como um mecanismo de defesa, de autopreservação, na medida em que a realidade os distancia da forma como viviam num passado recente e cada vez mais os aproxima da forma como vivem as

peessoas às quais direciona o seu desprezo. Nesse sentido, as características amoldadas a cada perfil da população de rua não podem se tornar impeditivas de acesso, discriminatórias ou ainda excludentes nos Centros de Acolhida, mas precisam ser compreendidas pelos respectivos trabalhadores sociais e integradas às metodologias de atendimento das instituições.

As experiências acumuladas no Centro de Acolhida Lygia Jardim tornariam ainda mais evidentes, para mim, as transformações ocorridas na população de rua e instituições de acolhimento nos últimos anos.

Eu notava dentre as moradoras da ala feminina mulheres de aspecto surpreendentemente saudável, que se vestiam com distinção, de cabelos, unhas e pele bem cuidados, reservadas no trato com as pessoas e nas quais não se identificavam, ao menos diretamente, os efeitos das condições realmente duras enfrentadas pelas mulheres em situação de rua. Nunca bebiam, tampouco usavam drogas. Eu as via perambular solitárias pelas dependências do Centro de Acolhida, desinteressadas e indiferentes às outras mulheres e em aparente

tranquilidade. Todavia, instantes depois, me deparava novamente com elas e já não pareciam as mesmas; conversavam com armários e paredes, diziam coisas desconexas, incompreensíveis e a suposta serenidade que notara nelas anteriormente havia se transformado na mais frenética agitação. Nessas ocasiões, eram tomadas por uma energia descomunal, tentavam (e conseguiam) arremessar cadeiras por sobre as grades altas do Centro de Acolhida, gritavam e arrancavam os próprios cabelos. Interagir com elas era difícil, mas investigando um pouco mais suas histórias – por meio de informações registradas em seus prontuários pelas assistentes sociais - foi possível conectar alguns pontos. Essas mulheres traziam consigo a expressão mais cruel do machismo patriarcal que ainda perdura na sociedade contemporânea. Estavam em situação de rua há pouquíssimo tempo, meses em alguns casos; os Centros de Acolhida restaram como única opção para a maioria após rompimentos familiares. Entretanto, mantinham contato assíduo com ex-maridos e filhos. A impressão era de carregavam uma carga de sofrimento que não podiam suportar. A instabilidade emocional e

psíquica que apresentavam possivelmente decorria de abusos e opressões sofridos dentro de suas próprias casas. Acabavam, contudo, aceitando a culpa que lhes era imposta – o estigma da doença e da loucura - e, sucumbindo à pressão, compelidas a abandonar seus lares. Os maridos e companheiros, em contrapartida, pareciam lavar as mãos. Seguiam com suas vidas de maneira confortável e despreocupada, uma vez que mantinham a posse dos imóveis e a guarda dos filhos.

Outro aspecto correlativo me chamava atenção. Eram desconhecidas nos locais e pelos profissionais que atendem a população de rua. Mesmo nas unidades de saúde e nos CAPS – Centros de Apoio Psicossocial – não se sabia muito sobre elas. O acúmulo de um número considerável de mulheres com essas mesmas características no Centro de Acolhida me parecia um fenômeno novo e exigia a adoção de estratégias específicas no trabalho de fortalecimento da autonomia e do convívio. Nem todas funcionaram, devo dizer.

Dentre as estratégias que colocamos em prática e fracassaram, destaco a condução das mulheres para

atendimento médico em nossos carros particulares, quando acometidas de surtos ou crises dentro da instituição. A ideia era honesta. Não desejávamos submetê-las a ações invasivas e expositivas, ambulâncias, tumultos e coisas do gênero, de modo que a viagem, num carro comum e na presença de pessoas conhecidas, tornava-se muito mais tranquila. O resultado, apesar das nossas boas intenções, foi contrário ao desejado. Observamos que, na medida em que compreendiam tal ação como um cuidado especial e diferenciado, a ocorrência de surtos se multiplicou a ponto de não mais conseguirmos dar conta dos acompanhamentos.

Por outro lado, o incentivo à participação em atividades de identificação e desenvolvimento de aptidões dentro da instituição foi um dos recursos utilizados que acarretaram benefícios.

O trabalho artesanal ensejava a vazão e a expressão dos sentimentos e surtia efeito terapêutico. Amainava a ansiedade e parecia influenciar positivamente no estado de humor de algumas mulheres com as características mencionadas.

Por tratar-se de uma atividade realizada em grupo, propiciava a sociabilidade entre as participantes e delas com os profissionais do Centro de Acolhida.

Outra medida importante foi o acionamento da rede de saúde pública. O apoio de profissionais de áreas distintas da Secretaria Municipal de Saúde, oferecido na forma de um encontro semanal de matriciamento (uma espécie de formação) em saúde mental, contribuiu para que os trabalhadores sociais do Centro de Acolhida compreendessem melhor as situações complexas com as quais se deparavam.

Entretanto, as estratégias mais eficazes no trabalho de mediação do relacionamento e da convivência entre as mulheres eram as assembleias. Além daquelas realizadas mensalmente no Centro de Acolhida, foram integradas à rotina de trabalho social assembleias exclusivas para as mulheres e travestis e ainda outras com as ocupantes de cada dormitório.

A consolidação de vínculos e o bem - estar da população de rua estão diretamente associados à existência de espaços verdadeiros para o diálogo e a

construção coletiva nas instituições de acolhimento. Quando me refiro a espaços verdadeiros é pelo fato de muitas instituições realizarem assembleias com o objetivo de conceder ares mais democráticos a seus métodos. Entretanto, a palavra final nesses encontros sai da boca dos gestores. Os moradores de rua manifestam suas opiniões e apresentam demandas com relação ao funcionamento da instituição. Os gestores bordejam e se esquivam. Dizem que precisam consultar a direção da organização social, a prefeitura, os horóscopos. E raramente retornam com respostas.

A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA COM O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES

Devo iniciar explicando por que restringi essa breve reflexão à atuação dos assistentes sociais – e não dos trabalhadores sociais de modo geral - nos espaços de atendimento à população de rua. Em que pese o fato de que tenha ocorrido, nos últimos anos, algum esforço no sentido de se promover a inclusão de profissionais de outras áreas aos quadros funcionais, como a da psicologia, a verdade é que o atendimento técnico nas instituições permanece essencialmente referenciado na conduta dos assistentes sociais. Essa centralidade faz com que, em muitas instituições, as atribuições que são desempenhadas pelos ocupantes de outras funções técnicas, psicólogos e mesmo gerentes, acabem se fundindo às do assistente social, gerando confluência e justaposição de ações, além de pouca clareza da população de rua quanto às reais incumbências de cada profissional.

Se existia algo que me chamava atenção em todas as instituições em que trabalhei, era notar os sentimentos de apreensão e ojeriza exprimidos pela população de rua com relação à figura dos assistentes sociais. A grosso modo, o assistente social era visto como aquele que cobra, controla, fiscaliza e pune. Os moradores de rua reagiam de forma inquieta quando, dentro das instituições, requisitava-se sua presença na sala do Serviço Social. Nessas circunstâncias, arregalavam os olhos e perguntavam “E agora, o que foi que eu fiz”?

Igualmente, me chamava atenção perceber que a maioria dos assistentes sociais estabelecia com a população de rua relações que se referenciavam nesses mesmos sentimentos negativos. De fato, tive oportunidade de trabalhar com poucos assistentes sociais que se despiam do papel de autoridade, que não se colocavam em posição de ostensiva soberania à frente do morador de rua.

Trata-se essa postura, a meu ver, de um mecanismo de autopreservação acionado em virtude das circunstâncias que descreverei a seguir.

Em muitos Centros de Acolhida e espaços de atendimento destinados à população de rua, os procedimentos levados à prática por assistentes sociais, excessivamente orientados por cartilhas e normas, acabam por tornar o atendimento um tanto quanto maquinal.

O assistente social, por vezes absorto no confinamento de sua sala, permanece disponível, em horários e períodos por ele pré-determinados, para que o morador de rua vá ao seu encontro, conforme a urgência de suas necessidades ou interesses. Contudo, raramente o profissional faz o caminho inverso e toma a iniciativa de ir ao encontro das pessoas na ambiência das instituições. Compreendo que isso ocorra por duas razões. A primeira é que esse é o formato clássico - herança ainda vívida de um assistencialismo catequista e messiânico - no qual se consolidaram as relações, ao longo do tempo, entre população de rua e assistentes sociais nos espaços de atendimento. A segunda razão está relacionada às precárias condições a que estão submetidos os assistentes sociais em seus locais de trabalho. A regrinha proporcional

estabelecida pelo poder público nas portarias técnicas, que dispõe o atendimento de centenas de moradores de rua sob a responsabilidade de apenas um ou dois profissionais, parece ter caráter vitalício e irrevogável. Entram e saem gestões públicas e ninguém se dedica a reavaliar esse cálculo absurdo, que simplesmente não bate. Portanto, não se estranha o fato de que as relações entre os assistentes sociais e a população de rua, frequentemente, não possam se desenvolver sobre bases de confiança, mas de arbítrio.

Na medida em que as condições de trabalho dos assistentes sociais nas instituições se apresentam de maneira tão dramática, há grande possibilidade de que a inestimável ação de escutar o morador de rua torne-se um encargo, um rito procedimental, por meio do qual devam ser preenchidos, a toque de caixa, formulários e cadastros com informações coletadas em entrevistas frias, mecânicas e que não ensejam a aproximação entre os profissionais e os moradores de rua. O poder público, novamente, tem grande parcela de culpa com relação a esse aspecto. Os técnicos das Supervisões de Assistência

Social, conforme pude testemunhar nas instituições em que trabalhei, costumam exigir dos assistentes sociais que o preenchimento de cadastros e relatórios esteja sempre na ordem das prioridades dentre suas atribuições. A impressão é a de que, para a gestão municipal, o morador de rua não é gente de carne e osso, mas uma planilha na tela de um computador. Acobertam, com toneladas de papel, a ineficiência de suas políticas, que em nada modificam a realidade dos que vivem nas ruas.

A pesquisa de informações procedida pelo assistente social na instituição, denominada PIA – Plano Individual de Atendimento – ocorre sob o pretexto de se elaborar planos de ação, nos quais se estabelecem metas e objetivos a serem cumpridos pelo morador de rua. Envolvem aspectos importantes de sua vida como saúde, trabalho e relações familiares. Na medida, contudo, em que é elaborado sempre em caráter de urgência, tão logo o morador de rua coloque os pés na instituição e com a finalidade burocrática de acrescentar informações ao banco de dados da prefeitura, tal procedimento se configura em mera ferramenta de controle social. Não

respeita o sentido natural das coisas. Ninguém abrirá deliberadamente o livro da sua vida a uma pessoa desconhecida e com a qual não tem nenhuma familiaridade. Por que se espera que o morador de rua o faça?

Creio firmemente na necessidade de se renovar, de modo geral, a forma de atuação do serviço social vigente nas instituições, reduzindo o distanciamento entre os profissionais e a população de rua.

Isso dependeria da efetivação de modificações concomitantes na forma de atuação do poder público com relação aos assistentes sociais nas instituições, uma vez que estas funcionam sob a batuta da Secretaria de Assistência Social. Dentre as modificações que acredito serem necessárias, além de se refrear a já mencionada defasagem quantitativa de profissionais, destaco a concessão de mais autonomia e liberdade para que os assistentes sociais consigam oferecer à população de rua suas qualidades de maior valor. Consigam oferecer o que o serviço social tem de melhor. Menos tempo para relatórios técnicos, planilhas e fichários. Mais para

atividades espontâneas e ações criativas. Menos preocupação com dados, números e estatísticas. Mais em dialogar e conviver com a população de rua. Compreender que o trabalho do assistente social não deve se restringir a quatro paredes ou a parte detrás de uma mesa. Incentivar, como medida técnica, que o profissional vá ao encontro do morador de rua, se imiscuindo às suas rotinas dentro ou mesmo fora da instituição, garimpando e lapidando os laços de confiança e afinidade que lhe permitirão conhecer, verdadeiramente, com a franqueza cristalina que em nada combina com o automatismo das entrevistas e dos cadastros, a história de cada ser humano.

Por fim, é imprescindível, para que não se cometa grave injustiça, não deixar de mencionar a existência de assistentes sociais que, mesmo às voltas com o caos gerado pelas conjunturas acima descritas, conseguem consumir ações de inestimável valor nas instituições. Lutam bravamente. Não saem do lado do povo de rua. Desdobram-se, reinventam-se em suas rotinas de trabalho, com imaginação e coragem, de modo a não

permitir que seu compromisso, em momento algum, deixe de ser, acima de tudo, com a rua. Essa reflexão pretende elevar esses profissionais, jamais o contrário.

ALGUNS ASPECTOS DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO

No Centro de Acolhida João Paulo II, certa ocasião, uma educadora social retrucou da seguinte forma a sugestão que eu lhe havia feito para promover atividades com os moradores de rua do local:

- Mas eu não sei fazer nenhuma atividade socioeducativa - ela me confidenciou, constrangida, quase que como um segredo.

Minha resposta pretendia tirar-lhe o peso de sobre os ombros, deixou-a, contudo, ainda mais confusa:

- Você não precisa saber fazer nenhuma atividade. Você só precisa identificar quais atividades os moradores de rua sabem e querem fazer. Aí a atividade surgirá e se desenvolverá referenciada nos interesses e habilidades deles, não nos seus.

O que eu quis dizer é que o educador social, ao contrário da opinião de muitas pessoas ligadas à área social, não necessariamente deva ser um artista ou dotado de grande talento pra ser bom naquilo que faz. As

melhores qualidades que um educador social pode ter são a sensibilidade e a percepção.

É comum que moradores de rua não consigam indicar num primeiro momento quais são suas vocações e seus interesses.

A baixa autoestima e a supressão da sua individualidade, consequências da exposição ao preconceito nas ruas e à opressão das instituições, muitas vezes, acabam por ocultar seus valores em algum terreno obscuro da sua memória. Por isso é tão importante manter apurada atenção (não confundir atenção com vigilância) aos gestos e comportamentos do morador de rua em sua rotina na instituição. Notar, por exemplo, um morador de rua solitário em algum canto da instituição batucando sobre a tampa de uma lata pode indicar possibilidades e caminhos de trabalho socioeducativo.

Arrumar uma cama pode ser uma atividade socioeducativa, desde que faça sentido pra quem está arrumando. Alguns profissionais que desenvolvem trabalho socioeducativo com população de rua acreditam que uma atividade só terá valor se envolver dezenas de

participantes e requerer a utilização de recursos variados. Tendo a crer no contrário. Qualquer atividade realizada por um morador de rua e da qual ele fora idealizador, que necessite de materiais rudimentares e ocorra circunstancialmente (como o batuque na tampa da lata), terá mais serventia do que, por exemplo, a apresentação de um documentário, sobre assuntos pelos quais ele não tem interesse algum, ainda que projetado por um equipamento de alta tecnologia.

Atividades desenvolvidas de modo incompatível à realidade da população de rua, em desarmonia com seus interesses, tornam-se passatempos, eventos meramente ocupacionais. Funcionando assim, as ações acarretam benefícios à instituição, na forma de propaganda e relatórios ilustrados, mas não necessariamente destinados aos moradores de rua.

No Centro de Acolhida Lygia Jardim, os diretores da organização social promoviam uma atividade todas as noites de sexta-feira, que chamavam de "roda de conversa". Trata-se essa atividade, do jeito como a concebiam, de um exemplo perfeito do tipo que

mencionei no parágrafo anterior. A primeira medida tomada pelos diretores da organização, momentos antes do início da referida atividade, era determinar o encerramento de todas as outras que já se encontravam em curso no Centro de Acolhida. A sala de televisão, o espaço de informática e a biblioteca deveriam ser desocupados e trancados, de modo a livrar a roda de conversa da concorrência de interesses. No final das contas, as pessoas acabavam se dirigindo à roda de conversa não por predileção, mas por falta de opção. Ou iam dormir mais cedo. Os temas sobre os quais se discutia eram estipulados pelos diretores da organização. Ao iniciar a reunião, liam para os moradores de rua textos que traziam títulos como “caminha e confia”, “meu destino me pertence”, dentre outros similares. Eu não tinha absolutamente nada contra a literatura motivacional, mas discordava com entusiasmo do fato de que os diretores jamais consultavam os participantes sobre quais assuntos eles gostariam de conversar. O resultado de tudo que se descreveu acima eram atividades silenciosas, inanimadas, nas quais os corpos de alguns moradores de rua

permaneciam presentes. As mentes, contudo, viajavam para muito longe dali. Em contrapartida, esse tipo de atividade satisfazia o ego dos diretores da organização, aliviava a consciência, acudia-lhes a carência afetiva e emocional. Saíam das atividades com a evidente sensação de que haviam prestado grande ajuda aos moradores de rua. Mas eram os moradores de rua que, na verdade, prestavam grande ajuda aos diretores.

POPULAÇÃO DE RUA E TRABALHO NA CONJUNTURA ATUAL

Historicamente, a relação de domínio e poder exercida entre os seres humanos sempre se deu por meio do trabalho, à medida que alguém percebeu, muitos séculos antes do nascimento de Cristo, que a maneira mais eficaz de subjugar outro homem é destituindo-o dos meios, da autonomia e da capacidade para trabalhar. Aniquila-se nos homens, por intermédio desse expediente, sua essência, sua vitalidade, sua necessidade mais orgânica, e é questão de tempo para que sucumbam acometidos de alguma doença, vitimados pelo ócio e pela depressão.

O capitalismo predatório experimentado por parte das sociedades contemporâneas encontra no trabalho o eixo para manutenção da relação de domínio exercido pelas classes mais poderosas sobre as subalternas.

Com relação à população de rua, último degrau na escala da pobreza, todos os aspectos citados anteriormente se exacerbam à máxima potência.

O trabalho para a população de rua, como para qualquer outro segmento, está logicamente vinculado à sobrevivência e à geração de renda. Carrega consigo, todavia, outras funcionalidades, talvez mais subjetivas, que o tornam elemento fundamental para o enfrentamento da condição de exclusão. O trabalho, mesmo informal, indigno, eventual e até exploratório, diminui o sentimento de desvalorização que acomete o morador de rua; alimenta sua autoestima, na medida em que faz com que mantenha ocupado seu tempo, seu corpo e sua mente. Mesmo de maneira efêmera, retira-lhe dos ombros parte do peso acumulado pelos olhares acusatórios lançados pela parcela “produtiva” e “esforçada” da sociedade.

Muitos programas e projetos direcionados à população de rua incluem em suas metodologias ações que, segundo seus idealizadores, preparam – ou pretendem preparar - as pessoas em situação de rua para o mercado de trabalho.

Em que pesem as boas intenções das organizações e dos profissionais que elaboram tais intervenções, é

necessário que nos atentemos a uma questão fundamental: para qual mercado de trabalho se imagina que estão sendo preparadas as pessoas em situação de rua?

Em primeira instância, que tipo de mercado de trabalho vigente na sociedade em que vivemos se apresenta acessível a uma população com as características da população de rua?

Qual mercado de trabalho abre portas para um contingente de seres humanos cujas histórias e trajetórias de vida, marcadas pela miséria e por incomensuráveis iniquidades, lhes retiraram direitos e oportunidades de toda ordem, privando-os de tudo aquilo que é imprescindível para o acesso ao trabalho considerado digno dentro da lógica capitalista, como a educação formal e a aquisição de conhecimentos técnicos específicos?

Sob o mesmo ponto de vista, verifica-se em São Paulo que, a cada gestão que assume os rumos da cidade, seus representantes anunciam iniciativas com a finalidade de incluir pessoas em situação de rua no mercado formal

de trabalho e os resultados são sempre muito parecidos. As propostas são alardeadas à imprensa como ações inovadoras e inéditas, mas o que muda com relação às anteriores é apenas o nome. Os meios e as diretrizes se repetem.

Como medida preliminar, costumam-se acordos e tratativas com empresas de ramos diversos de atividades, que preconizam a contratação da mão de obra indicada pela Secretaria de Assistência Social, no caso, pessoas em situação de rua vinculadas aos Centros de Acolhida e Espaços de Convivência. Já nessa etapa surgem contradições, que inexoravelmente se apresentam nos critérios - enrijecidos, burocráticos e inflexíveis - para admissão dos novos contratados, e que estão consolidados na dinâmica do trabalho formal. As exigências desse processo acabam por excluir automaticamente pessoas em situação de rua, em razão da falta de algum dos inúmeros documentos pessoais requeridos, por não disporem de comprovante de residência ou ainda por possuírem antecedentes criminais, dentre outras premissas controversas ou ainda

desumanas e preconceituosas. A conservação dos dentes incisivos, por exemplo, fora utilizada como parâmetro de admissão pela multinacional McDonald's, parceira da atual gestão municipal, no processo seletivo realizado para inclusão de moradores de rua aos seus quadros funcionais no início de 2017.

Em contrapartida, a solicitação de próteses dentárias aparece dentre as mais recorrentes apresentadas aos agentes de saúde que atendem a população de rua. Poucos têm a sorte de recheir novamente a boca de dentes, contudo, em virtude do excesso da demanda. Numa análise mais profunda, a que tipo de prática social nos remete, em pleno século XXI, um processo seletivo no qual seres humanos são submetidos à avaliação de suas arcadas dentárias?

Entretanto, os moradores de rua capazes de superar esse primeiro crivo deverão transpor outro ainda mais severo. Trata-se da necessidade de pronta adaptação às rotinas, condutas, normas e regulamentos corporativos, cujos modelos de funcionamento abarcam outras exigências, de caráter organizacional e

comportamental, muitas delas desafiadoras para os que vivem sob a informalidade da rua. O cumprimento de longas jornadas de trabalho, o exercício do convívio coletivo num ambiente hierarquizado e a administração dos recursos oriundos do salário são apenas algumas dessas dificuldades.

Ainda no que se refere à inserção da população de rua ao mercado formal de trabalho, é inocente pensar que empresas como McDonald's ou Eletropaulo sejam sensíveis e pacientes no processo de adaptação do morador de rua às rotinas do trabalho convencional. Não serão, pois visam ao lucro e tratarão de substituir, num piscar de olhos, como peças defeituosas de uma engrenagem, os trabalhadores que não atinjam os níveis de produção estabelecidos. Caberia ao poder público – e não às empresas contratantes- estabelecer ações de acompanhamento ao morador de rua nos processos de adaptação. E a verdade é que nenhuma das gestões municipais que se alternaram no poder, nos últimos anos, jamais se preocupou devidamente com essa questão. Nenhuma delas investiu em recursos humanos, técnicos e

logísticos para a efetivação de ações e programas que possibilitassem o acompanhamento devido e contínuo da população de rua inserida nos projetos de empregabilidade.

Compreende-se, igualmente, que tais ações tendem a despertar pouco a atenção da imprensa em comparação à formalização das parcerias com empresas. O resultado disso tudo é dicotômico. Ao se depararem com a realidade complexa e muitas vezes inclemente do trabalho formal, solitários e desprovidos de apoio, muitos moradores de rua acabam sucumbindo. O outrora comemorado aumento da sua autoestima, decorrido no momento em que é contratado por uma empresa de grande porte, se converterá, à medida que se frustra e em peso multiplicado, no aumento do seu sentimento de fracasso.

Por outro lado, ao poder público, restará a consciência do dever cumprido e de seus representantes costuma-se ouvir sentenças do tipo “fizemos nossa parte...”, “a oportunidade foi dada...” ou ainda “que pena que não conseguiram...”.

De fato, a inclusão no trabalho formal pode se apresentar como uma possibilidade real apenas a uma parcela da população de rua, já mencionada anteriormente. Pessoas para as quais a situação de rua é algo recente e que prontamente buscaram apoio nas instituições de acolhimento. Igualmente, com relação a esse recorte específico, os níveis de escolaridade e qualificação profissional, bem como o acúmulo de experiências anteriores no mercado formal de trabalho tendem a ser mais elevados em relação à maioria da população de rua. Esse contingente, que até o presente momento não está devidamente quantificado na rede socioassistencial, tem preservadas as capacidades de organização pessoal, de submissão aos regulamentos que compõem o convívio coletivo e o trabalho formal, de modo que sua adaptação ao mercado formal de trabalho se torna muito mais exequível.

Em última e talvez mais relevante instância, por que o poder público, ao promover suas “inovadoras” iniciativas de empregabilidade, nunca, jamais, de modo algum se dispõe a ouvir a rua? Refiro-me à rua em

sentido literal, não apenas aos que vivem em Centros de Acolhida ou frequentam Espaços de Convivência, tampouco a representantes vinculados a movimentos ou comitês, mas à outra metade das 17.000 mil pessoas que formam esse contingente. Aos que permanecem invisíveis sob viadutos, nas malocas, nos mocós e nos guetos mais recônditos. Por qual razão os governos optam pelo desprezo acintoso e arbitrário à vontade, às vocações, aos talentos e aptidões de quem vive na rua? Por que sempre resta à população de rua fazer o que determinam que faça, sem que usufrua sequer da oportunidade de opinar?

Por décadas a fio, as populações de rua dos grandes centros urbanos brasileiros têm se confrontado, ano após o ano, de maneira cíclica, com o penoso desafio de recriar formas e alternativas de trabalho que substituam às que lhes são ocasionalmente restringidas. Nesse sentido, o cerco se fecha, se afunila, limitando as opções de atividades às quais a população de rua pode recorrer como estratégia de ocupação e geração de renda.

Essa é a verdadeira razão para que as tais iniciativas de empregabilidade da população de rua sejam

promovidas a cada gestão municipal, que transforma em benefício o que de fato é um direito.

Ironicamente, ao mesmo tempo e na exata medida em que promovem suas frentes de trabalho, as gestões municipais criminalizam e combatem com vigor cada vez mais intenso os “bicos” e as atividades informais a que uma parcela mais vulnerável da população de rua está adaptada, como vigiar carros e limpar para-brisas nos semáforos. Atividades dessa natureza, apesar de pouco rentáveis, não exigem do morador de rua o cumprimento de horários, normas e outras rotinas aos quais ele não está habituado, bem como corroboram para o aumento de sua autonomia e o mantém funcional. A essa gama de atividades esporádicas podem ser incluídas outras nas quais, contudo, o morador de rua é explorado por gente que se aproveita de sua condição para usufruir de mão de obra barata. É muito comum que representantes de empresas suspeitas circulem pelos espaços destinados ao atendimento da população de rua, Centros de Acolhida e Centros de Convivência – em muitas ocasiões com o aval ou a conivência dos responsáveis – recrutando pessoas

para a realização de serviços pesados no período noturno como a montagem de palco em eventos ou descarregar caminhões. Por uma jornada noturna de trabalho árduo, o morador de rua receberá 30 ou 35 reais, sem direito à alimentação.

O recrudescimento das relações de trabalho, que cada vez mais suprime a população de rua do universo laboral, já atinge atividades das quais ela própria, num passado distante, fora percursora. É o caso da separação de materiais recicláveis.

O cooperativismo, cujas relações de trabalho se desenvolviam sob os princípios do coletivismo, da autonomia, e da auto-organização, surgiu nas metrópoles brasileiras como um ramo de atividade adaptado para acolher justamente os que sucumbiam à rigidez do mercado formal. Milhares de analfabetos, idosos, egressos do sistema prisional, dentre outros segmentos para os quais a miserabilidade era elemento comum e predominante, encontraram nas cooperativas de reciclagem o derradeiro refúgio para escaparem à

exclusão absoluta e uma forma de obterem renda por meio do próprio esforço.

Entretanto, num determinado momento, empresas de grande porte e governantes perceberam que materiais até então descartados como lixo valiam dinheiro. Que se ampliassem e potencializassem os processos de separação de materiais recicláveis teriam lucro garantido. E passaram a direcionar sua atenção ambiciosa às cooperativas. Acercaram-se de seus representantes ardilosamente fazendo uso autoritário do poder, concentrando capital, propondo mudanças abruptas e radicais nos sistemas de produção e nas relações de trabalho, mecanizando-os, retirando-lhes o caráter solidário e coletivo próprios do cooperativismo.

Pude observar o impacto das intervenções mencionadas na realidade das cooperativas como trabalhador social do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Testemunhámos a pressão exercida pela prefeitura de São Paulo sobre as cooperativas com a finalidade de convertê-las em empresas. De adulterar o modo de produção coletiva e torná-lo utilitário.

A consequente incorporação da burocracia e das rigidezes típicas do corporativismo industrial acarreta o efeito de excluir da atividade indivíduos já marcados pelos efeitos da exposição prolongada ao sofrimento e à miséria, como as pessoas em situação de rua.

O movimento de industrialização das cooperativas e a subsequente readaptação de sua mão de obra já produzem suas primeiras vítimas. Foram os outrora denominados “carroceiros” – catadores de materiais recicláveis com carroças – muitos deles, moradores de rua e completamente excluídos do mercado formal de trabalho, que encontraram nessa prática uma alternativa não apenas de sobrevivência, mas de manutenção da sua força produtiva. Por meio dela, não se permitiram entregar-se à prostração e ao desalento, caminhos sem volta para a degradação de suas capacidades e que acabam por relegar a pessoa em situação de rua à dependência de ações assistencialistas.

Muitos carroceiros acabaram por aderir ao cooperativismo – ainda que preferissem a solidão da atividade com a carroça - à medida que perceberam que,

coletivamente, ganhavam força para negociar o preço dos materiais com compradores inescrupulosos. Contudo, em alguns casos, os rigores e a inflexibilidade do novo modelo de cooperativismo imposto pelos poderes públicos fizeram com que retornassem às duras e exploratórias condições da rua. É perceptível, no momento atual, o aumento do número de carroceiros circulando pela região central de São Paulo (que, obviamente, não abarca apenas os egressos das cooperativas, mas as vítimas das ondas de desemprego ocorridas nos últimos anos).

Diante de tal realidade, depara-se novamente a população em situação de rua com a necessidade de recriar modalidades de trabalho nas quais consiga se inserir.

As ocupações e atividades laborais que estão despontando na rua de maneira orgânica, nos locais de permanência e de acordo com as capacidades e aptidões da população de rua, trazem alento e indicam possibilidades. Apontam que a saída não virá de cima, dos gabinetes e do burocratismo engessado de gestores públicos, mas da originalidade instintiva da rua.

Concluo mencionando novamente a experiência que se encontra em curso – uma pequena serigrafia - na comunidade autônoma de moradores de rua do Viaduto Alcântara Machado, na zona leste da cidade.

É possível que haja, naquele espaço, pessoas dispostas a servir hambúrguer numa lanchonete, limpar banheiros numa grande empresa ou ceifar grama em praças públicas. Mas, mesmo sem qualquer respaldo e apoio do governo, dá-se alternativa de trabalho aos que preferem desenhar, criar ou estampar. Pra pensar.

FLORES QUE NASCEM DO BREU: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE RUA

Tive oportunidade de aprender um pouco mais sobre o comportamento, a dinâmica, os hábitos e as características das travestis em situação de rua quando trabalhei no Programa Reviravolta – um projeto mantido pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos com foco no resgate de valores individuais e na geração de renda – e no Centro de Acolhida Lúgia Jardim. São dois locais de atendimento assiduamente frequentados pelas travestis em situação de rua na região central de São Paulo.

Creio ser importante justificar por que optei em fazer uso do termo “travestis”, a despeito de outros existentes como transexuais, mulheres trans ou monas. Confesso que a possibilidade de incorrer em equívoco ou ofensa me causou certa inquietação. Entretanto, resolvi aceitar o conselho dado por um amigo, um assistente social que trabalhou com a população de rua sob o espaço do Viaduto Alcântara Machado. Apeguei-me, de fato, às

lembranças do meu convívio com as travestis e, ao fazer isso, cheguei à conclusão de que, para elas, mais do que termos e nomenclaturas, importava a sinceridade no jeito de tratá-las, o reconhecimento e, acima de tudo, o respeito quanto a sua natureza, identidade e individualidade.

Nos últimos anos, houve um aparente crescimento do número de travestis em situação de rua na cidade de São Paulo. Esse sentimento é reforçado pela percepção do aumento equivalente na procura e utilização dos serviços socioassistenciais por pessoas com esse perfil.

As causas desse fenômeno podem estar relacionadas ao fortalecimento e à maior mobilização dos movimentos de apoio aos direitos de liberdade sexual ocorridos nos últimos anos, cuja atuação culminou na ampliação da visibilidade social, da referencialidade e da representatividade dos segmentos LGBT nos espaços políticos.

Nesse contexto, uma vez acometidos do sentimento de maior pertencimento, amparo e segurança, um grande contingente de jovens encontrou motivação para assumir

sua opção sexual, o que pode ter concorrido para o desencadeamento da ruptura de vínculos de ordens diversas. No caso de muitas travestis, a experiência de viver pela primeira vez sua nova e verdadeira identidade e a libertação da opressão vivenciada nos ambientes domésticos e comunitários apenas se tornam exequíveis mediante o sacrifício de lançarem-se às ruas.

Deparando-se, contudo, com a realidade da rua, à qual desconhecem, as travestis encontram na prática da prostituição o meio mais acessível de sobrevivência, o que as expõem a recorrentes situações de abuso, exploração e outras mazelas como as drogas e a violência.

As mulheres em situação de rua transitam no antagonismo existente entre a opção pelo isolamento absoluto ou a troca constante de parceiros como estratégias de proteção em um ambiente predominantemente masculino.

Já os homens em situação de rua se agrupam por razões circunstanciais e quase sempre relacionadas às próprias dinâmicas da rua – fundamentalmente, a obtenção dos meios e recursos de sobrevivência (comida,

segurança, álcool e drogas) - mas, salvo raras exceções, não compartilham sentimentos e emoções, pois a rivalidade e a dureza da rua impõem limites.

Nesse sentido, percebe-se um diferencial comportamental na travesti em situação de rua com relação a homens e mulheres.

As travestis em situação de rua, em virtude dos diversos estigmas que carregam e da acentuada condição de exclusão a que estão submetidas, parecem encontrar na coesão o suporte para o enfrentamento das incontáveis adversidades com as quais se deparam como o preconceito, a marginalização, a intolerância, a violência física, moral e psicológica.

O acolhimento da travesti em situação de rua nos albergues e serviços da rede socioassistencial foi num passado recente - e ainda é nos dias atuais - objeto de controvérsia e divergência de opiniões entre técnicos da área social. Argumenta-se, por um lado, que as travestis não podem ser alojadas nos espaços reservados aos homens em situação de rua por conta de sua aparência afeminada e da possibilidade de exposição a situações de

contrangimento, desrespeito e até hostilidade. Por outro lado, há mulheres em situação de rua que não aceitam a presença das travestis em seus dormitórios, pois, independentemente de seu aspecto, as enxergam como pessoas do sexo masculino.

A combinação de circunstâncias, mais especificamente, a indefinição de uma metodologia de atendimento e o aumento do contingente de travestis em situação de rua ocorrido nos últimos anos impeliram o poder público a criar espaços de acolhimento exclusivos para este perfil.

Todavia, ainda existem limitações na disponibilidade de vagas e há pouco investimento em ações de sensibilização e capacitação dos profissionais que atuam nos equipamentos.

A própria existência de espaços exclusivos de atendimento às travestis de rua também é ponto discutível. A acomodação das travestis em locais separados lhes concede maior segurança e privacidade, não há dúvida. Contudo, à medida que adote tal procedimento, o poder público abre mão de investir em

ações pedagógicas e inclusivas, que tenham como objetivo a conscientização e a promoção da convivência e do respeito entre os gêneros dentro dos Centros de Acolhida.

Talvez a maior dificuldade a ser enfrentada pelas travestis em situação de rua se configure no acesso ao mercado formal de trabalho. Apesar de jovens e dotadas de inúmeras capacidades, pesam contra elas o inclemente preconceito e a discriminação a que são submetidas nos processos seletivos, além dos fatores que são comuns à população de rua de maneira geral como a impossibilidade de comprovação de endereço fixo, baixos níveis de escolaridade e formação.

Ante tal realidade, as alternativas de ocupação e geração de renda para as travestis em situação de rua acabam se restringindo a atividades informais. O aumento da incidência desse perfil nas cooperativas de reciclagem e nos serviços de inclusão produtiva é igualmente relevante.

Urgem, nesse sentido, políticas públicas que ofereçam e viabilizem ações de qualificação profissional, bem como a aquisição e o desenvolvimento de

conhecimentos e habilidades, por meio dos quais a inclusão das travestis em situação de rua e a garantia de seus direitos deixem de ser uma ilusão, ou que se limitem ao mero discurso.

Outro aspecto que se observa no fenômeno ora analisado é do âmbito relacional. O encontro de oportunidades para o desenvolvimento natural de relacionamentos afetivos, ou mesmo do sexo casual pode ser um penoso desafio para o homem em situação de rua.

Essa dificuldade específica decorre de algumas circunstâncias relacionadas à própria caracterização da população de rua. A condição de miserabilidade acaba sentenciando muitos moradores de rua à prática de um celibato involuntário, à medida que as possibilidades de contatos mais íntimos e privativos com o sexo feminino se restringem aos da própria rua e dentro de um universo no qual a proporção é de nove homens para uma mulher. Nesse contexto, não causa tanta surpresa a ocorrência do aumento do número de casais formados por homens e travestis em situação de rua nos últimos anos. Homens até então atormentados pela solidão da rua, que já

havam perdido as esperanças de restabelecerem uma vida conjugal e manterem relacionamentos afetivos sólidos e estáveis, encontraram nas travestis as parceiras ideais para um novo começo.

As travestis em situação de rua desenvolvem relações coletivas diferenciadas, que transitam fugazmente entre o amor e o ódio, mas que se referenciam num tipo de solidarismo – material e sentimental – que é menos identificável nos outros segmentos e preconiza a criação de vínculos sólidos de atenção, união e cuidado recíproco.

Obviamente, inseridas nas rotinas do grupo, as rivalidades coexistem e seus contornos e efeitos podem ser tão ou mais dramáticos do que os encontrados nos demais segmentos.

A utilização indiscriminada de hormônios, sem a devida orientação e acompanhamento médico, em alguns casos, desencadeia severas alterações no sistema nervoso e instabilidade emocional, cuja principal consequência é o aumento da irascibilidade e da ansiedade.

As brigas mais homéricas nas quais precisei intervir dentro dos serviços de atendimento à população de rua em que trabalhei foram protagonizadas pelas travestis. Recordo vividamente de uma frase dita por uma travesti enquanto eu tentava desgrudar suas mãos dos cabelos de outra no Centro de Acolhida Lygia Jardim, pouco tempo atrás:

- Não me segura, não. Pra amar meu nome é Tiffany, mas pra bater é Vanderlei.

Dei tanta risada, ao escutá-la (a ponto de precisar agaichar) que não houve mais clima para o prosseguimento da briga. Contudo, apesar das risadas, ela deixou bastante claro para mim, e de forma igualmente séria, como eu deveria compreender as coisas.

Por outro lado, os mais nobres gestos de amizade, companheirismo e solidariedade que já testemunhei no convívio com a população de rua também foram protagonizados pelas travestis. A rivalidade entre os homens e entre as mulheres no universo da rua obviamente existe. A rivalidade entre travestis de rua, contudo, parece mais efêmera, à medida que as

diferenças se superam e a coesão se restabelece no momento em que uma travesti observe outra travesti sendo subjugada ou vitimizada pelas diversas formas de injustiça e violência que as acometem nas ruas.

A espontaneidade, a irreverência e a criatividade são as mais marcantes características das travestis em situação de rua. A veia artística é algo que pulsa de forma patente em muitas de suas representantes.

São nas expressões de alegria contagiante, graça iluminada, vindas de forma aparentemente inexplicável e por vezes inesperada, que as travestis de rua parecem encontrar a firmeza para o enfrentamento das lutas diárias pela conquista do respeito e da dignidade.

Dedico esse texto singelo a todas as travestis com as quais tive o prazer de conviver no transcorrer da minha trajetória profissional com a população de rua.

Dentre as mais memoráveis faço aqui algumas menções honrosas, me desculpando com aquelas cujos nomes me escaparam à lembrança. No Programa Reviravolta: Carla Edson, Roberta, Vivian, Kika, Andreia, Camila, Livia, Pâmela, Naiá... No Centro de Acolhida Lygia

Jardim: Fabi, Sheyla, Paola, Vanessa, Tiffany, Desiré,
Fernanda... E outras tantas!